



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL  
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ  
Nº 009/25  
Rec. 14.01.25

**PROJETO DE LEI 007/2025**

*Retornado P/*  
*Auto. Cirilano*

**Giuliano Araujo Toni**  
Auxiliar Legislativo I  
Matrícula 4100

**ALTERA O ARTIGO 97 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.312 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**, Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí.

FAÇO SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu, no uso das atribuições que me confere a Lei Orgânica do Município, sanciono a seguinte:

**LEI:**

**Art. 1º** Fica alterado o artigo 97 da Lei Municipal nº 2.312 de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 97** Será pago mensalmente a título de prêmio-frequência uma gratificação correspondente a 10% (dez por cento) do respectivo salário básico ao servidor de cargo efetivo que no período:

- I – não tiver nenhuma falta ao serviço, justificada ou não justificada, exceto nos casos previstos no art. 115 e art. 118, incisos II e IV;
- II- Não tiver gozado de licença de qualquer espécie;
- III- Tiver atendido a todas as convocações para prestação de serviço extraordinário.

**Parágrafo único:** Os servidores que ingressarem no serviço público a contar de 01 de janeiro de 2022 não farão jus ao prêmio descrito no *caput*.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor em 01 de fevereiro de 2025.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí,

**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**  
Prefeito Municipal.





### **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS:**

**Senhor Presidente,**

**Nobres Vereadores!**

O presente Projeto de Lei pretende alterar o artigo 97 da Lei Municipal nº 2.312, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o prêmio frequência no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município.

A sugestão levada à apreciação desta nobre Casa busca alterar as regras para concessão do prêmio frequência, considerando que a redação vigente desde maio de 2022, fez com que a soma de servidores com afastamentos de até 03 ou 07 dias aumentasse drasticamente, como comprovam os dados em anexo, obtidos a partir da tabulação do número servidores afastados no ano de 2019, bem como no período compreendido entre os meses de junho/2022 a maio/2023, para fins de comparativo.

Pretende-se, com a presente alteração, que as novas regras sejam as mesmas adotadas no momento da instituição do prêmio, a partir da adoção de sua redação original, no que tange aos requisitos para a concessão da benesse.

Cabe referir que a redação inicialmente proposta foi alterada devido à pandemia do COVID. Durante a pandemia era recomendado o afastamento preventivo do servidor que convivía com pessoas que testavam positivo para a infecção, inobstante a ausência de sintomas daquele. O servidor que seguia tal recomendação ficava impossibilitado de comparecer ao trabalho e, por consequência, perdia os valores devidos a título do prêmio.

Quando da alteração legislativa, reuniu-se com os vereadores da época e explicada a situação, enfatizamos que a alteração tinha como intuito não prejudicar o servidor. Por outro lado, o fundamento do prêmio frequência é estimular o servidor a ter frequência ao serviço, primando pela continuidade e qualidade dos serviços prestados a comunidade, movimento que não vem sendo observado após o fim da fase aguda da pandemia.

Passada a situação crítica da pandemia, após levantamento efetuado pelo setor de RH (quadro), verificamos que o número de servidores que tem se ausentado por atestado de 01 a 03 dias aumentou absurdamente, motivo pelo qual enviamos a presente proposta de alteração a fim de que o prêmio passe a ser um estímulo a assiduidade integral do servidor.

Abaixo, o comparativo do número de atestados apresentados por servidores (apenas atestados de 01 a 03 dias):

Mês	Nº atestados	Mês	Nº atestados
Jan/19	01	Jan/24	36
Fev/19	04	Fev/24	41



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Mar/19	11	Mar/24	56
Abr/19	10	Abr/24	60
Mai/19	03	Mai/24	33
Jun/19	10	Jun/24	51
Jul/19	11	Jul/24	54
Ago/19	06	Ago/24	71
Set/19	09	Set/24	71
Out/19	11	Out/24	69
Nov/19	14	Nov/24	78
Dez/19	06	Dez/24	64

Finalizando, reiteramos o esforço da administração em qualificar os servidores, sendo que a alteração ora proposta tem por único e exclusivo fundamento o aumento gigantesco de afastamento de servidores após a alteração efetuada em maio de 2022.

Pelo exposto, solicito aos Nobres Edis, que o referido Projeto de Lei seja votado e aprovado nos termos ora propostos.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Sebastião do Caí, aos 14 dias do mês de janeiro de 2025.



Documento assinado digitalmente  
JOAO MARCOS DUARTE GUARA  
Data: 14/01/2025 11:20:01-0300  
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**  
Prefeito Municipal.





## **- Parecer Jurídico -**

**Parecer n.º 02/2025.**

**Ref.: Projeto de Lei n.º 007/2025.**

**Assunto: Altera o artigo 97 da lei municipal nº 2.312 de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências.**

**Iniciativa: Executivo Municipal.**

PROJETO DE LEI Nº 007/2025 – INICIATIVA DO EXECUTIVO – ALTERA O ARTIGO 97 DA LEI MUNICIPAL Nº 2.312 DE 28 DE DEZEMBRO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O REGIME JURÍDICO ÚNICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se do Projeto de Lei n.º 007/2025, de iniciativa do Executivo Municipal, que foi encaminhado a esta Casa para análise e emissão de parecer. O Projeto de Lei visa alterar artigo 97 da Lei Municipal que tramita sob o nº 2.312 de 28.12.2001.

**Redação atual do art. 97 da Lei Municipal nº 2.312 de 28.12.2001:**

**Art. 97.** Será pago mensalmente a título de prêmio-frequência uma gratificação correspondente aos percentuais abaixo descritos, incidentes sobre o respectivo salário básico ao servidor de cargo efetivo: **(NR)** *(redação estabelecida pelo art. 1º da Lei Municipal nº 4.461, de 24.05.2022)*

**I - 10% (dez por cento) ao servidor que:**

- a)** No período tiver até 03 (três) dias de falta justificada ao serviço;
- b)** Não tiver gozado de licença de qualquer espécie;
- c)** Tiver atendido a todas as convocações para prestação de serviço extraordinário.

**II - 5% (cinco por cento) ao servidor que:**

- a)** No período tiver de 04 (quatro) a 07 (sete) dias de falta justificada ao serviço;
- b)** Tiver atendido a todas as convocações para prestação de serviço extraordinário.

**§ 1º** Excetuam-se da apuração de faltas justificadas os casos previstos no artigo 115 e 118, incisos III e IV.

**§ 2º** Os servidores que ingressarem no serviço público a contar de 01 de janeiro de 2022 não farão jus ao prêmio descrito no *caput*.

**§ 3º** Não fará jus a gratificação descrita no *caput* o servidor que tiver qualquer falta injustificada no período.



O referido artigo passará a vigorar com a seguinte redação:

**Art. 97** Será pago mensalmente a título de prêmio-frequência uma gratificação correspondente a 10% (dez por cento) do respectivo salário básico ao servidor de cargo efetivo que no período:

I – não tiver nenhuma falta ao serviço, justificada ou não justificada, exceto nos casos previstos no art. 115 e art. 118, incisos II e IV;

II- Não tiver gozado de licença de qualquer espécie;

III- Tiver atendido a todas as convocações para prestação de serviço extraordinário.

**Parágrafo único:** Os servidores que ingressarem no serviço público a contar de 01 de janeiro de 2022 não farão jus ao prêmio descrito no *caput*.

Em síntese, justifica que:

Pretende-se, com a presente alteração, que as novas regras sejam as mesmas adotadas no momento da instituição do prêmio, a partir da adoção de sua redação original, no que tange aos requisitos para a concessão da benesse.

O Executivo Municipal aduz, ainda, que tal providência é proveniente de levantamento efetuado pelo setor de RH, onde aponta que o número de servidores que se ausentam por atestado aumentou absurdamente.

Instruem o pedido, no que interessa:

(i) Minuta do Projeto n.º 007/2025 e; (ii) Justificativa.

É o breve relato dos fatos. Passa-se à apreciação.

## **II - FUNDAMENTAÇÃO**

Em tese, cabe destacar que o exame desta Assessoria Jurídica contém-se tão-somente à matéria jurídica envolvida nos termos da sua competência legal. Portanto, tem caráter meramente opinativo, expressando opinião fundamentada a partir da legislação, dos princípios doutrinários e científicos e tendo por base os documentos juntados, razão pela qual, a análise Jurídica jamais implicam em deliberações, as quais são competência exclusiva dos





Senhores Vereadores.

Posto isto, constata-se que a proposição encontra respaldo no que diz respeito à autonomia e à competência legislativa do Município, insculpida no art.30 da Constituição Federal, que assegura a autoadministração e a autolegislação com um conjunto de competências materiais e legislativas para os Municípios:

**Art. 30. Compete aos Municípios:**

**I - legislar sobre assuntos de interesse local;**

**II - suplementar a legislação federal e a estadual no que couber; (grifo nosso)**

Portanto, a matéria objeto do Projeto de Lei n.º 007/2025 encontra respaldo na competência legislativa do Município, uma vez que trata da organização administrativa e do regime jurídico de seus servidores públicos, assuntos de interesse local e de gestão municipal.

A Constituição Federal, no artigo 61, §1º, inciso II, alínea "c", prevê que a iniciativa legislativa para tratar do regime jurídico de servidores públicos é privativa do Chefe do Poder Executivo:

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federal ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

§1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que:

(...)

II - disponham sobre:

c) servidores públicos da União, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

No âmbito municipal, tal competência é reproduzida na Lei Orgânica Municipal e no Regimento Interno da Câmara Municipal:

**Lei Orgânica Municipal:**

Art. 37. São da iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

(...)

II - servidores públicos do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;



**Regimento Interno desta Casa:**

Art. 64. São da iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:

(...)

II - servidores do Município, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

Portanto, verifica-se que o Projeto de Lei em análise está devidamente amparado pela Constituição Federal, bem como pela legislação municipal, no que diz respeito à iniciativa legislativa.

A alteração proposta no artigo 97 da Lei Municipal n.º 2.312/2001 deve ser analisada à luz de princípios constitucionais que orientam a administração pública, conforme dispõe o artigo 37 da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A justificativa apresentada pelo Executivo Municipal demonstra que a proposição busca aprimorar a eficiência da administração pública, ao tratar de questões que impactam diretamente o funcionamento do serviço público e a ausência de servidores por atestados médicos.

Sob o aspecto formal, o Projeto de Lei encontra-se adequado à legislação vigente, respeitando os requisitos de competência e iniciativa. Não se identificam vícios de legalidade ou constitucionalidade, permitindo sua tramitação regular nesta Casa Legislativa, cabendo aos nobres Vereadores a análise em plenário.

### **III - DA CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Assessoria Jurídica conclui que o Projeto de Lei n.º 007/2025 atende aos requisitos formais e materiais exigidos pela Constituição Federal de 1988 e pela legislação municipal, estando apto a seguir os trâmites legislativos.





**CÂMARA  
MUNICIPAL DE  
SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**

Ressalta-se que o parecer ora emitido possui caráter opinativo e técnico, cabendo a deliberação final ao Plenário desta Casa Legislativa.

São Sebastião do Caí, 16 de janeiro de 2025.

**LISIANE DANIELA DE OLIVEIRA**

**Assessora Jurídica da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí.  
OAB/RS 118.431**





PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ**  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	
Nº	013125
Rec.	21.01.25

Ofício GP nº 015/2025

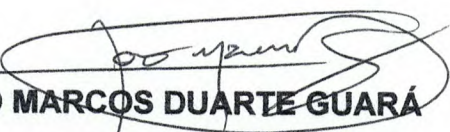
São Sebastião do Caí, 21 de janeiro de 2025.

**Ilmo Sr. Presidente:**

Ao cumprimentá-lo, cordialmente, venho através da presente correspondência, solicitar que seja retirado da pauta desta Casa Legislativa, o Projeto de Lei Municipal nº 007/2025, de iniciativa deste Executivo, o qual “altera o artigo 97 da Lei Municipal nº 2.312, de 28 de dezembro de 2001, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município e dá outras providências”.

Sem mais para o momento renovamos, desde já, nossos votos de estima e apreço.

Atenciosamente,

  
**JOÃO MARCOS DUARTE GUARÁ**  
Prefeito Municipal

Sr. Cláudio Renato Becker  
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores,  
São Sebastião do Caí/RS